



## **24 DE JANEIRO DE 2019**

### **Quinta-feira**

- **REFIS ESTADUAL: PROCEDIMENTOS PARA ADEÇÃO AO REFIS ESTADUAL**
- **NOVOS PROJETOS DE LEI**
- **CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO AUMENTA PELO QUARTO MÊS CONSECUTIVO E ALCANÇA 64,7 PONTOS, INFORMA CNI**
- **ICEI - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL**
- **PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES DO BRASIL LIMITAM A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE ICMS**
- **GM NO BRASIL QUER LIBERAR TERCEIRIZAÇÃO, AUMENTAR JORNADA E REDUZIR SALÁRIO, DIZ SINDICATO**
- **PAULO GUEDES ESTUDA BAIXAR IMPOSTO SOBRE EMPRESAS PARA PATAMAR DE 15%**
- **BRASIL DEPENDE DAS REFORMAS PARA QUE EMPRESÁRIOS VOLTEM A TER CONFIANÇA, DIZ BOLSONARO**
- **GERAÇÃO DE EMPREGOS EM CURITIBA É A MAIOR DESDE 2012**
- **BENEFÍCIO DE REFEIÇÃO DEVE PARAR NO STF**
- **BOLSONARO FALARÁ EM JUSTIÇA SOCIAL PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA FICA FORA DAS METAS DOS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO**
- **POPULAÇÃO DE ESTADOS MAIS RICOS SE APOSENTA MAIS CEDO, APONTA INSS**
- **PENTE-FINO INCLUIRÁ MAIS APOSENTADOS POR INVALIDEZ**
- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE RENDER ECONOMIA DE ATÉ R\$ 1,3 TRI, DIZ GUEDES**
- **CONSUMIDORES ESPERAM INFLAÇÃO DE 5% EM 12 MESES A PARTIR DE JANEIRO, AFIRMA FGV**

- FGV: IPC-S AVANÇA EM 4 DAS 7 CAPITAIS PESQUISADAS NA 3ª QUADRISSEMANA DE JANEIRO
- CONSUMO DE ENERGIA BATE RECORDE E ATINGE DEMANDA MÁXIMA DE 89.114 MW
- IBOVESPA AVANÇA 1,53% E ATINGE NOVO RECORDE
- PETROBRAS VENDE DIESEL ABAIXO DE PREÇO INTERNACIONAL
- PETROBRAS REDUZ EM 2,5% PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NAS REFINARIAS NESTA SEXTA-FEIRA
- MINÉRIO FAZ BTG PACTUAL MUDAR VIÉS E RECOMENDAR COMPRA EM CSN
- APERAM DESENVOLVE AÇO INOX PARA CAMINHÕES COLETORES DE LIXO
- FUTUROS DO AÇO RECUAM NA CHINA COM SINAIS DE MENOR DEMANDA DO SETOR DE CONSTRUÇÃO
- CARLOS GHOSN RENUNCIA À PRESIDÊNCIA DA RENAULT
- RENAULT DEVE ESCOLHER SUBSTITUTO DE GHOSN NESTA QUINTA-FEIRA
- FORD TAUBATÉ ENTRA EM GREVE
- OUTRAS MONTADORAS DEVEM PEDIR BENEFÍCIO DE ICMS
- VOLKSWAGEN VOLTARÁ A LUCRAR NO BRASIL EM 2019, PREVÊ CHEFE GLOBAL DE OPERAÇÕES
- GRUPO HYUNDAI DESENVOLVE SISTEMA DE AIRBAG MULTICOLISÃO

CÂMBIO EM 24/01/2019		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,776	3,776
<b>Euro</b>	4,295	4,297

Fonte: BACEN

## REFIS ESTADUAL: PROCEDIMENTOS PARA ADESÃO AO REFIS ESTADUAL

24/01/2019 – Fonte: Coordenação de Relações Governamentais - Sistema FIEP

Seguem o Decreto Estadual n. 237/2019, que regulamenta o tratamento diferenciado de pagamento instituído pela Lei Estadual n. 19.802/2018 (REFIS ESTADUAL), bem como um **informativo para adesão ao REFIS**.

[\*\*DECRETO nº 237/2019\*\*](#)

[\*\*PROCEDIMENTOS PARA ADESÃO AO REFIS ESTADUAL\*\*](#)

24/01/2019 – Fonte: FIEP (publicado em 23-01-2019)

Coordenação de Relações Governamentais - nº 02. Ano XV. 24 de janeiro de 2019

## **ÍNDICE**

### **NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL**

#### **INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS**

Fixação de prazo para reparo e retorno de trafegabilidade em vias públicas  
PL 11200/2018 do deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP)

Inclusão no rol de crimes hediondos os crimes de contrabando de cigarros e de roubo de cargas  
PL 11235/2018 do deputado Alfredo Kaefer (PP/PR)

#### **ACORDOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO**

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname  
MSC 708/2018 do Poder Executivo

#### **QUESTÕES INSTITUCIONAIS**

Alterações na Lei de Acesso à Informação  
PL 11092/2018 do deputado Jaime Martins (PROS/MG)

Instituição do Programa Nacional de Proteção e Incentivo a Relatos de Suspeitas de Irregularidades  
PL 11116/2018 do deputado Jaime Martins (PROS/MG)

Criação do Instituto Nacional de Acesso à Informação  
PL 11117/2018 do deputado Jaime Martins (PROS/MG)

Auditoria de órgãos de controle sobre empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias  
PL 11120/2018 do deputado Jaime Martins (PROS/MG)

Alterações na Lei de Ação Popular  
PL 11122/2018 do deputado Jaime Martins (PROS/MG)

Alteração da lei anticorrupção para ampliar penas e multas  
PL 11126/2018 do deputado Jaime Martins (PROS/MG)

Restituição de bônus nas hipóteses de reconhecimento de prática de crime por decisão judicial  
PL 11170/2018 do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP)

Normas gerais sobre a Administração Pública  
PL 11209/2018 do deputado Ronaldo Nogueira (PTB/RS)

Notificação para explicação de riqueza incompatível com a renda e capacidade econômica do seu detentor

PL 11232/2018 do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP)

Alterações na Lei Anticorrupção para dispor sobre acordos de leniência  
PL 11233/2018 do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP)

Responsabilidade penal dos provedores de acesso à internet  
PL 11252/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

Destinação de recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta ou de Ações Civis Públicas na seara trabalhista  
PL 11271/2018 do deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)

## **INFRAESTRUTURA**

Vedação de manutenção de contratos entre parlamentares e empresas públicas  
PEC 455/2018 do deputado Alfredo Kaefer (PP/PR)

Alterações das regras para o serviço de praticagem  
PL 11205/2018 do deputado Augusto Coutinho (SD/PE)

## **INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA**

Obrigatoriedade de incentivo fiscal para produtos sem glúten  
PL 11223/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

## **INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA**

Condições para renovação de frota de transporte rodoviário de cargas e logística reversa de veículos inservíveis  
PL 11236/2018 do deputado Celso Maldaner (MDB/SC)

## **INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO**

Limitações à exportação e exploração de grafeno e nióbio  
PL 11249/2018 do deputado Takayama (PSC/PR)

## **INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA**

Ampliação do prazo para adequação de rótulos de produtos de limpeza  
PL 11265/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

## **INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**

Sistema de logística reversa de medicamentos  
PL 11186/2018 do deputado Felipe Carreras (PSB/PE)

**Confiança do empresário aumenta pelo quarto mês consecutivo e alcança 64,7 pontos, informa CNI**

24/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 23-01-2019)

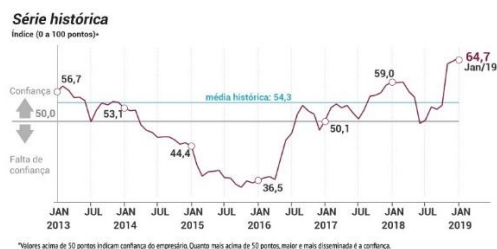
Pesquisa destaca que a manutenção do otimismo em patamares elevados abre caminho para os investimentos e o emprego. O ICEI é maior nas grandes empresas

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) aumentou 0,9 ponto em relação a dezembro de 2018 e alcançou 64,7 pontos em janeiro de 2019, o maior valor desde junho de 2010.

Com a quarta alta consecutiva, o indicador está 10,4 pontos acima da média histórica, de 54,3 pontos.

“É o terceiro mês seguido que o ICEI fica acima dos 60 pontos”, informa a pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (23). Os indicadores variam de zero a cem pontos. Quando estão acima de 50 pontos mostram que os empresários estão confiantes.

“A sinalização do enfrentamento de questões urgentes da economia brasileira mantém o otimismo do empresário em alta. Para que esse cenário se mantenha, é fundamental que as expectativas se concretizem, com a apresentação das propostas de reformas previdenciária e tributária”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.



A confiança é maior nas grandes empresas, segmento em que o ICEI alcançou 65,5 pontos. Nas médias empresas ficou em 64,3 pontos e, nas pequenas, em 63,3 pontos. De acordo com a pesquisa, o ICEI é maior na região Sul, onde atingiu 67,1 pontos e está 6,1 pontos maior do que o de janeiro de 2018.

No Centro-Oeste, o índice subiu 6,5 pontos e ficou em 65,2 pontos em janeiro. No Norte, foi de 65,6 pontos, no Nordeste, de 63,4 pontos, e, no Sudeste, de 63,5 pontos. “A manutenção do índice em patamar elevado mostra que os empresários estão confiantes e, assim, mais dispostos a contratar trabalhadores e investir”, analisa a CNI.

O aumento do ICEI em janeiro é resultado da melhora da percepção sobre as condições atuais dos negócios e da expectativa dos empresários. O Índice de Condições Atuais aumentou para 54,2 pontos e alcançou o maior nível desde fevereiro de 2011.

O Índice de Expectativas subiu para 69,9 pontos e está 7,9 pontos acima do registrado em janeiro do ano passado. Isso mostra que os empresários estão percebendo melhora nas condições correntes de seus negócios e muito otimistas sobre o desempenho das empresas e da economia nos próximos seis meses.

Esta edição do ICEI foi feita entre 7 e 17 de janeiro com 2.503 empresas. Dessas, 1.001 são pequenas, 925 são médias e 577 são de grande porte.

**SAIBA MAIS** - Acesse a página do [Índice de Confiança do Empresário Industrial \(ICEI\)](#) para conhecer todos os detalhes da pesquisa.

## **ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial**

24/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 23-01-2019)

### **Novo aumento da confiança do empresário**

O ICEI aumentou 0,9 ponto entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 e foi a 64,7 pontos, o maior valor desde junho de 2010, quando o índice registrou 66 pontos.

O aumento é o quarto consecutivo e o ICEI acumula crescimento de 11,9 pontos nos últimos quatro meses.

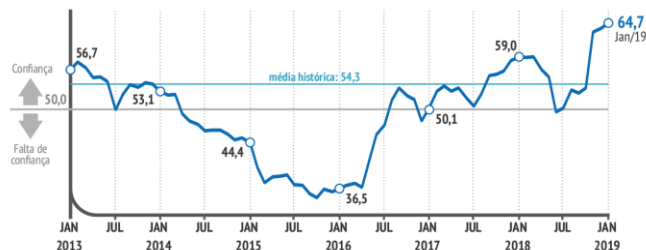
Janeiro/2019

Série histórica

Índice (0 a 100 pontos)\*

↑ Confiança  
50,0  
↓ Falta de confiança

\*Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário. Quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.



## Principais estados exportadores do Brasil limitam a compensação de créditos de ICMS

24/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 23-01-2019)

Restrições ferem a lei e afetam a competitividade dos produtos no exterior, aponta estudo da CNI

Estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que os 10 maiores estados exportadores do Brasil limitam a compensação de créditos de ICMS por parte de empresas que vendem produtos ao exterior.

Os governos estaduais impõem condições para o uso desses créditos tanto no pagamento de dívidas quanto na sua transferência a outras empresas, em confronto com a legislação e com entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No Brasil, por lei, exportações de mercadorias são desoneradas da cobrança de ICMS. Esse benefício está previsto na Constituição Federal e na Lei Kandir e busca tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado externo. Na prática, para garantir a exclusão total desse acúmulo de imposto no processo produtivo voltado à exportação, a carga de ICMS que vem embutida em insumos comprados no mercado interno ao longo da cadeia de produção se transforma em crédito para as empresas exportadoras.

Esse crédito pode ser abatido de outros débitos que essas empresas possuem com os estados ou transferido para terceiros.

O estudo da CNI mostra, no entanto, que, em sua grande maioria, as legislações estaduais impedem que os créditos acumulados sejam utilizados para a compensação de débitos. Essas limitações contribuem para um cenário no qual uma a cada três empresas (ou 32,9%) que utiliza o ressarcimento de créditos de ICMS simplesmente não consegue receber o benefício, segundo a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras de 2018, também conduzida pela CNI.

“Sem a recuperação dos créditos de ICMS, a desoneração sobre as exportações não se efetiva, o que faz com que as empresas internalizem esse custo e prejudica a competitividade dos produtos brasileiros no exterior”, diz o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.





“Sem a recuperação dos créditos de ICMS, a desoneração sobre as exportações não se efetiva, o que faz com que as empresas internalizem esse custo e prejudica a competitividade dos produtos brasileiros no exterior”, diz Carlos Abijaodi

**LIMITAÇÕES** - O estudo da CNI foi realizado com os 10 estados brasileiros que mais exportam: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pará, Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina.

O documento mostra que a limitação à compensação de créditos de ICMS ocorre, sobretudo, no que diz respeito a dívidas decorrentes de substituição tributária (quando a empresa é responsável por recolher o ICMS devido em toda a cadeia), importação (quando há incidência de ICMS sobre a entrada de mercadorias importadas) e diferencial de alíquota (devido nas operações que destinem bens e serviços a outro Estado dentro do país).

Na prática, os estados e o DF colocam uma série de condições para que as empresas possam utilizar os créditos acumulados para compensação com débitos próprios, assim como para transferir os saldos acumulados a terceiros.

Neste último caso, muitas vezes os estados exigem autorização do Fisco para permitir a transferência, impõem limites mensais aos valores a serem transferidos ou vedam os contribuintes que possuem débitos com exibibilidade suspensa (quando a dívida está impedida de cobrança por motivos como parcelamento ou processo judicial) a recorrer às transferências, por exemplo.

“Trata-se de limitações que violam a Lei Kandir, como já decidiu o STJ [Superior Tribunal de Justiça] em diversas oportunidades. O STJ tem entendimento consolidado no sentido de que as normas que dispõem sobre a utilização dos créditos acumulados são autoaplicáveis, razão pela qual não seriam passíveis de qualquer tipo de limitação pelos estados”, afirma o estudo.

Outros problemas identificados são a existência de regras complexas e não claras quanto à mensuração dos créditos acumulados, imposição de taxas elevadas e tributação de valores recebidos pelas empresas exportadoras em decorrência das transferências de créditos acumulados.

Ao impor tantas condições, o objetivo dos governos regionais é impedir que as empresas utilizem os créditos para quitar seus débitos, obrigando-as a desembolsar os valores em dinheiro. Assim, o não cumprimento da legislação busca resolver um problema fiscal dos estados.

### **GM no Brasil quer liberar terceirização, aumentar jornada e reduzir salário, diz sindicato**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

#### ***Proposta da montadora a trabalhadores de São José dos Campos incluiria ainda contrato intermitente***

A General Motors quer liberar a terceirização em toda a fábrica de São José dos Campos (interior de SP) e implementar a jornada intermitente (por hora ou dia), como parte da reestruturação proposta pela montadora para a unidade, de acordo com representantes do sindicato dos metalúrgicos da região.

Os sindicalistas participaram de reunião com a diretoria da GM na tarde desta terça-feira (22). A empresa disse que não vai comentar o assunto.

A proposta, segundo o sindicato, traz 28 pontos, como aumento da jornada para novos contratados de 40 horas semanais para 44 horas e redução do piso salarial da categoria como um todo de R\$ 2.300 para R\$ 1.600.

O adicional pago a trabalhadores noturnos, hoje em 30%, poderia ser reduzido ao percentual exigido pela lei, de 20%.

As possibilidades de contrato intermitente e terceirização inclusive da atividade-fim nas empresas vieram com mudanças recentes na legislação trabalhista. As novas regras permitiram também a extensão a todas as categorias da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, pleiteada também pela GM.

"O medo com a terceirização é que a empresa demita os trabalhadores que operam diretamente com produto e contrate trabalhadores terceirizados pagando 40% menos", diz Renato Almeida, vice-presidente do sindicato.

Pela proposta, a montadora teria levantado ainda, no entendimento do sindicato, a possibilidade de congelar aumentos salariais neste ano e não pagar PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em 2019. Segundo Almeida, nos últimos anos, o PLR da categoria tem ficado entre R\$ 14 mil e R\$ 16 mil.

Outro ponto que preocupa o sindicato fala sobre exclusão da garantia de emprego aos empregados acidentados.

"Hoje, existem mais de 1.300 trabalhadores que sofreram doença ocupacional ou acidente e trabalham em serviços compatíveis na fábrica, com estabilidade, graças à convenção", diz Almeida.

A fábrica de São José dos Campos tem 4.800 funcionários e trabalha atualmente em dois turnos. De acordo com dados divulgados pela GM, o último grande investimento na unidade ocorreu em 2010, quando R\$ 800 milhões foram aplicados para produzir a geração atual da picape S10 e o utilitário Trailblazer.

Na terça, o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, se encontrou com representantes dos sindicatos de São José e São Caetano do Sul (Grande SP) e com os prefeitos das duas cidades para falar sobre a situação da empresa. Segundo os participantes da conversa, a GM condicionou novos investimentos nas fábricas a renegociações com governos, sindicatos e o restante da cadeia, como fornecedores e concessionárias.

O sindicato dos metalúrgicos de São José se reúne mais uma vez com a diretoria da GM nesta quarta-feira (23), às 14h, em Guarulhos, para esclarecer pontos da lista de demandas da montadora. A proposta só será colocada em votação em assembleia de trabalhadores ao final do processo de negociação, informou o sindicato.



### **SÃO CAETANO**

A GM se reuniu também, na manhã desta terça, com o sindicato dos metalúrgicos de São Caetano do Sul.

Segundo representantes dos trabalhadores, a pauta não é exatamente igual à apresentada para os sindicalistas de São José dos Campos, mas há diversos pontos de



convergência. Eles disseram que não podem oferecer mais detalhes sobre as demandas da GM antes de realizarem uma assembleia com os trabalhadores, o que deve acontecer na segunda-feira (28).

Haverá uma nova reunião entre a GM e o sindicato de São Caetano nesta quinta-feira (24), às 15h.

No início do ano passado, a GM anunciou investimento de R\$ 1,2 bilhão —como parte de um plano total de aplicação de R\$ 13 bilhões entre 2014 e 2020— para modernizar a fábrica de São Caetano do Sul e ampliar sua capacidade anual de 250 mil veículos para 330 mil. Uma nova linha de SUV deve ser iniciada em dezembro

Veja a pauta da GM divulgada pelo sindicato de São José dos Campos:

1. Negociação da PLR com revisão de regras de aplicação, prevalência da proporcionalidade, transição para equivalência salarial e inclusão da produtividade (absenteísmo)
2. PLR por 3 anos sendo, 0% no 1º ano (2019), 50% no 2º e 100% no 3º ano
3. Nova grade salarial para toda a Planta de SJC para horistas e mensalistas, progressão salarial com congelamento para o ano de 2019 e nova tabela salarial, inclusive para cargos especializados
4. Formalização de acordo coletivo de longo prazo, 2 anos e renováveis por mais 2 anos
5. Negociação de valor fixo em substituição ao aumento salarial para os horistas e meritocracia para os mensalistas, sendo, 0% no 1º ano (2019), 60% no 2º e 100% (da inflação) no 3º ano
6. Implementação do trabalho intermitente por acordo individual e coletivo
7. Terceirização de atividades meio e fim
8. Jornada de trabalho de 44 horas semanais para contratações novas
9. Piso Salarial de R\$ 1.600
10. Redução do adicional noturno para percentual previsto em Lei (20%)
11. Supressão de pagamento de hora extra, com adicional diferenciado limite de 29,275 horas
12. Redução do período de complementação do auxílio previdenciário para 60 dias, limitado a 1 evento (afastamento) por ano
13. Introdução de cláusula no acordo coletivo de trabalho regulando a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho (layoff)
14. Revisão, inclusão, exclusão de adequação das cláusulas sociais
15. Exclusão da garantia de emprego aos empregados acidentados
16. Cláusula regrado a adoção de termo de quitação anual de obrigações trabalhistas
17. Acordo específico de flexibilidade de jornada de trabalho por meio do banco de horas
18. Rescisão no curso do afastamento para empregados com tempo para aposentadoria
19. Desconsideração de horas extras extraordinária
20. Trabalho em regime de tempo parcial
21. Jornada especial de 12 por 36
22. Ajuste na cláusula de férias com parcelamento previsto na lei
23. Inaplicabilidade de isonomia salarial acima de 48 meses para grade nova
24. Suspensão da contribuição da GMB por 12 meses do PreviGM
25. Alteração do Plano Médico
26. Renovação dos acordos e flexibilidades existentes
27. Manter o acordo de manutenção e escala sem pagamento das folgas
28. Fim do subsídio do transporte ou inclusão de linhas regulares

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

***Em contrapartida, governo estuda taxar em cerca de 15% dividendos e ganhos de capital***

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou que estuda taxar dividendos e ganhos de capital, e afirmou que a alíquota deve ficar por volta de 15%. Ele também declarou que poderá reduzir a alíquota do imposto sobre empresas dos atuais 34% para algo por volta de 15%.

Guedes tem exposto a ideia nos últimos dias em encontros e reuniões em Davos, Suíça, onde participa da reunião anual do Fórum Econômico Mundial junto com o presidente Jair Bolsonaro.

Nesta quarta-feira (23), ele confirmou o patamar da alíquota. “Deve ficar por aí”, respondeu.

Uma das principais cobranças de investidores tem sido os passos que o governo tomará para levar a cabo sua agenda reformista e impulsionar o crescimento econômico.

A avaliação geral em Davos é que Bolsonaro e a equipe econômica apresentaram boas metas, em sintonia com o que quer o empresariado.

Mas os executivos e integrantes de organizações internacionais ouvidos pela **Folha** não estão convictos de que o governo conseguirá passar todas as reformas no Congresso, e por isso esperam entender melhor qual o plano.

Guedes tem aplacado parte desses temores expondo alguns pilares do plano para a Previdência e a para a desburocratização do ambiente de negócios. A proposta de reforma deve ser levada ao Congresso no início de fevereiro, após a cirurgia a que o presidente será submetido.

A decisão de baixar a carga para o setor produtivo faz parte disso. No entanto, segundo um executivo presente nas reuniões com o ministro, ele afirmou que seria impossível escapar, nesse caso, da taxação de dividendos e dos juros sobre ganho de capital, a fim de encontrar algum equilíbrio.

Dois integrantes de organizações internacionais ouvidos pela **Folha** expressaram dúvidas sobre a capacidade do governo conseguir aprovar as reformas em sua versão completa. De acordo com ambos, é preciso saber quais são os planos completos. Um deles lembrou que se trata de uma democracia, e seria preciso negociar.

O ministro, porém, tem mostrado otimismo, afirmando que há consenso entre todos que as reformas precisam ser aprovadas. Caso isso não ocorra, porém, ele pretende propor o fim da obrigatoriedade de gastos do governo federal, desentendendo o Orçamento.

A agenda da equipe econômica em Davos tem sido carregada, entre encontros com executivos, empresários e representantes de governos e organizações multilaterais. Guedes tem sido colocado pelo presidente como seu trunfo para trazer investimentos ao país.

## **Brasil depende das reformas para que empresários voltem a ter confiança, diz Bolsonaro**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

### ***Presidente afirmou que foi procurado por empresários e líderes mundiais em Davos***

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou na noite desta quarta-feira (23) que os empresários estrangeiros precisam voltar a ter confiança no Brasil.

Em entrevista exclusiva à TV Record, o presidente fez um balanço sobre sua participação no Fórum Econômico de Davos, na Suíça. Mais cedo, Bolsonaro cancelou a entrevista coletiva que daria à imprensa nacional e internacional durante o evento.

O presidente afirmou que foi procurado por vários empresários e líderes mundiais para falar sobre investimentos no Brasil. "Querem que o país seja desburocratizado, que diminua suas barreiras. Querem um país mais ágil", afirmou.

"Não podemos continuar com deficit ano após ano. Precisamos fazer uma reforma para fazer com que eles [empresários] voltem a ter confiança", afirmou.

Segundo Bolsonaro, os ministros Paulo Guedes (Economia), Sergio Moro (Justiça) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) "deram o seu recado" nas entrevistas que deram em Davos.

"A Bolsa bateu novo recorde depois da fala de Paulo Guedes e, porque não, a minha", disse.

Em entrevista à agência de notícias Bloomberg, Guedes falou que a principal meta do governo é a aprovação da reforma da Previdência, que há compromisso com a redução do déficit público e que o programa de privatizações deve arrecadar pelo menos US\$ 20 bilhões (ou R\$ 75,6 bilhões) neste ano.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas do país, saltou 1,52% e fechou a 96.558 pontos, renovando o recorde da semana passada. O volume financeiro foi de R\$ 14,5 bilhões.

Sobre as reformas, o presidente também mandou um recado ao Congresso -de quem depende para aprová-las.

"Temos condição de fazer no Brasil o que foi proposto aqui em Davos e conto com o Congresso para essas reformas. Temos que fazer nossa lição de casa", disse.

## **Geração de empregos em Curitiba é a maior desde 2012**

24/01/2019 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 23-01-2019)



Curitiba foi um dos principais destaques nacionais em termo de geração de empregos em 2018. Segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta quarta-feira (23) pelo Ministério do Trabalho, ao longo do ano de 2018 a Capital foi a quarta cidade do país que mais criou vagas de emprego.

Além disso, o município também registrou o maior número de novas vagas criadas (considerando-se a diferença entre admissões e desligamentos) desde 2012.

Ao longo de todo o ano passado, o mercado formal de empregos em Curitiba registrou um total de 312.933 contratações e 299.252, com um saldo positivo de 13.681 novos postos de trabalho criados. O resultado é o melhor para o município desde 2012, quando a Capital fechou o ano com 22.454 vagas criadas (com 476.436 contratações e 453.982 demissões).

Em todo o país, apenas os municípios de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília registraram resultados melhores. Na capital paulista, por exemplo, foram criadas 58.357 novas vagas de emprego (fruto de 1,63 milhão de admissões e 1,57 milhão de desligamentos), enquanto na capital mineira o saldo positivo foi de 29.330 (416 mil admissões e 386 mil desligamentos). Já na capital federal surgiram 16.937 novos postos de trabalho, com cerca de 288 mil contratações e 271 mil demissões.

Voltando para Curitiba, dos oito segmentos econômicos avaliados pelo Caged, cinco fecharam 2018 com saldo positivo de empregos: serviços (+10.738), construção civil (+2.230), comércio (+1.003), indústria de transformação (+314) e agropecuária (+52). Por outro lado, o setor extrativa mineral (-17), os serviços industriais de utilidade pública (-246) e a própria administração pública (-393) fecharam mais postos de trabalho do que criaram.

O resultado para o município, inclusive, só não foi ainda mais positivo porque no mês de dezembro o saldo de empregos foi menor do que em meses anteriores. Neste mês, a diferença entre os trabalhadores demitidos e contratados foi de 5.737, com 21.555 admissões e 27.292 desligamentos.

O resultado de Curitiba acompanha a tendência do país, que também teve saldo negativo no período. No Paraná, por exemplo, apenas no mês de dezembro foram fechados 26.838 postos de trabalho, com 71.641 contratações no último mês do ano e 98.479 demissões.

### **No Paraná, resultado foi o mais positivo desde 2014**

Considerando-se o Paraná como um todo, o estado teve o melhor resultado na geração de empregos desde 2014, com a criação de 40.256 novas vagas com carteira assinada em 2018, o que representa um aumento de 230% em relação a 2017.

O desempenho se deve principalmente aos setores de serviços e comércios, que abriram 30.258 e 9.426 novos postos de trabalho, respectivamente. A área de construção civil e de serviços industriais de utilidade pública também apresentaram resultados otimistas, com 2.386 novas ofertas de trabalho. Por outro lado, outros quatro setores (agropecuário, indústria de transformação, administração pública e extrativa mineral) tiveram queda.

Além de Curitiba, outras cidades que tiveram maior geração de emprego no estado foram São José dos Pinhais (3.122), Maringá (3.090), Foz do Iguaçu (2.620) e Ponta Grossa (1.393).

### **As ocupações que mais se destacaram**

As ocupações que mais se destacaram em 2018 foram alimentadores de linhas de produção; vendedores e demonstradores em lojas e mercados; e escriturários e auxiliares administrativos. Os trabalhadores da construção civil, do transporte rodoviário de cargas e das atividades de abates de suínos também estiveram em alta.

De acordo com o economista do Observatório do Trabalho, Alexandre Chaves, os setores serviço e comércio, que mais se destacaram, são os que começam a impulsionar a economia paranaense. "São os setores mais procurados e que

apresentam a possibilidade de um novo emprego para o trabalhador. Já o comércio se destaca por causa das compras de final de ano”, disse.

## **Benefício de refeição deve parar no STF**

24/01/2019 – Fonte: DCI

Sindicatos temem que contribuições previdenciárias possam incidir sobre vale-alimentação; Receita Federal emitiu relatório que abre precedente para tributação



Discussões sobre os benefícios de alimentação do trabalhador, como o vale-refeição e vale-alimentação, devem parar no Supremo Tribunal Federal (STF), dada à elevada insegurança jurídica que o tema ainda gera entre empresas e trabalhadores do País.

Ontem mesmo a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que reúne 827 entidades, pediu a inclusão deste tema na reunião da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em Brasília. Até o fechamento desta edição, a CSB informou que não houve nenhum encaminhamento.

A Central pediu a inclusão deste tema, após a Receita Federal publicar um relatório de solução de consulta no dia 28 de dezembro de 2018, em resposta a questionamentos de uma prefeitura.

Segundo o órgão federal, o auxílio-alimentação, pago mediante tíquetes ou cartão-alimentação, integra a base de cálculo das contribuições sociais previdenciárias. A tributação não vale, por exemplo, para cesta-básica e comida servida no refeitório da empresa.

Segundo a CSB, uma medida como essa poderia prejudicar 20,9 milhões de trabalhadores e 270 mil empresas. Na avaliação do sócio do Demarest Advogados, Rodrigo Campos, o entendimento da Receita é ilegal.

Ele explica que a contribuição previdenciária só pode incidir sobre a verba de natureza salarial e que a legislação de custeio da Previdência Social prevê que o que é pago pelas empresas a título de auxílio-alimentação não configura salário.

Além disso, Campos diz que a legislação do PAT permite que as empresas façam convênios para fornecer o tíquete, caso não tenham estrutura para refeitório ou não concedam cesta-básica. “A Receita está forçando a barra para poder elevar a arrecadação”, diz.

“Porém, isso ainda precisa da validação do STF. No caso do vale-transporte, o Supremo já entendeu que o benefício não configura como salário”, destaca Campos. Ele diz ainda que uma medida como essa poderia prejudicar mais os trabalhadores que ganham abaixo do teto do INSS (R\$ 5.839).

Fábio Silva, coordenador do MBA de gestão tributária da Faculdade Fipecafi, diz que há uma grande insegurança jurídica neste tema, o qual se arrasta há muitos anos, com diferentes entendimentos entre os tribunais regionais, Supremo Tribunal de Justiça e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Resolver isso será importante para que as empresas planejem melhor seus investimentos.

## **Bolsonaro falará em justiça social para aprovar Reforma da Previdência**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

### **Governo não tem dado detalhes para evitar oposição, segundo membro do governo**

O governo do presidente Jair Bolsonaro vai usar o discurso de justiça social e combate às fraudes como principal arma na estratégia de comunicação da Reforma da Previdência para aprová-la no Congresso até o meio do ano, disse nesta quarta-feira (23) um membro do Ministério da Economia à agência de notícias Reuters.

Não detalhar as linhas mestras da proposta que apertará as regras para a aposentadoria é a estratégia do governo para evitar a oposição de setores que serão diretamente afetados pelas mudanças.

A ideia é não repetir o que considera ter sido um erro na apresentação e discussão da reforma proposta pelo ex-presidente Michel Temer.

O texto, divulgado em novembro de 2016, só foi efetivamente discutido no Congresso em março do ano seguinte. Durante esse período, a proposta foi bombardeada por críticas que ganharam corpo, inclusive vindas de servidores públicos que negavam a existência do rombo previdenciário.

"Esse projeto vai ter equidade, vai ser um projeto em que haverá justiça social —ou seja, aqueles que podem mais, vão contribuir mais— e principalmente será um projeto que nos dará segurança fiscal, que o país precisa para voltar a investir e gerar empregos", disse o membro do governo, sob condição de anonimato.



Substituição do letreiro do Ministério da Economia, que se chamava Ministério da Fazenda - Pedro Ladeira/Folhapress

A Reuters apurou que Bolsonaro tem conversado constantemente com a equipe do Ministério da Economia sobre as alterações e dado sugestões a respeito do texto, em termos da viabilidade política de determinadas mudanças passarem ou não pelo Congresso.

A partir do momento em que a proposta estiver estruturada —esperado para a segunda semana de fevereiro— a ideia é apostar em três pilares de comunicação, fugindo da opção adotada por Temer de focar na necessidade do ajuste fiscal.

A primeira intenção será apresentar a reforma como um instrumento de justiça social.

Em dois outros eixos, o governo combaterá a ideia de que é possível solucionar o déficit da Previdência a partir apenas da cobrança de dívidas previdenciárias de grandes devedores. E também defenderá que já está atuando para inibir fraudes no pagamento de benefícios, ao exaltar a medida provisória editada com esse propósito.

Nesta quarta-feira, integrantes da equipe econômica reuniram-se com a área de comunicação do governo a fim de discutir as melhores ações de mídia para conquistar



e reforçar o apoio à reforma. O objetivo é tentar apresentar ao Congresso as mudanças previdenciárias juntamente com ações de comunicação.

A equipe econômica irá abreviar o tempo para a votação da proposta, aproveitando a que já está em tramitação e que já pode, teoricamente, ser votada pelo plenário da Câmara.

A partir daí, a expectativa é que a reforma seja votada tanto na Câmara quanto no Senado até a metade do ano. A tarefa não é considerada fácil, já que para ser aprovada, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) precisa do aval de três quintos dos deputados e senadores, em votação em dois turnos em cada Casa do Congresso.

No Senado, antes de chegar ao plenário, tem que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O time econômico quer fazer uma ofensiva com os parlamentares e opinião pública, turbinando sua atuação após o Carnaval, em março. A partir desta data, quer transitar entre profissionais do mercado financeiro, da academia e imprensa especializada nas segundas e sextas-feiras, numa espécie de "roadshow".

Entre terças e quintas-feiras, o governo, por meio da Casa Civil e da equipe econômica, planeja fazer reuniões com as bancadas temáticas, com as bancadas dos partidos e com presidentes da Câmara e do Senado para apresentar as mudanças e discutir uma estratégia comum de votação.

"É evidente que a gente não vai chegar com o texto e dizer 'vota amanhã'. Seria pedir a um parlamentar que nos dê um cheque em branco, não é o caso", disse. "Nosso interesse é que haja dos parlamentares a convicção, que se sintam confortáveis em proferir o voto."

O governo espera aprovar a Previdência o quanto antes para voltar a receber investimentos estrangeiros de longo prazo e a gerar empregos. A avaliação é que haveria uma janela de oportunidade do país na América Latina, diante da dificuldade de dois vizinhos que seriam competidores naturais do país, o México e a Argentina.

## **MILITARES**

Mesmo sem dar detalhes, a equipe econômica já trabalha com o cenário de que a PEC da reforma da Previdência não vai contemplar mudanças no regime de pagamento de aposentadorias e pensões dos militares.

As mudanças para as Forças Armadas e dependentes —responsável por parcela expressiva do rombo do setor— será feita por projeto de lei, em linha com o que Bolsonaro já havia dito.

Nesta quarta-feira, o presidente em exercício, Hamilton Mourão, ressaltou que o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e o segmento militar têm defendido que a reforma dos militares só venha depois da PEC que alterará as regras para os civis.

O presidente em exercício não quis opinar sobre o que deve ser feito nesse caso. "Quem decide é o presidente. O projeto de lei é mais fácil, é maioria simples", afirmou ele.

## **EXCEÇÕES**

Apesar do discurso em direção às condições mais equânimes para os trabalhadores, a fonte admitiu que exceções específicas, em função do tipo de trabalho, estão sim sendo levadas em conta, como no caso de professores e de policiais.

Em linha com orientação do presidente, a reforma das regras de aposentadoria também contará com um tempo de transição sem "nenhuma surpresa de cortes abruptos".

## **Reforma da Previdência fica fora das metas dos 100 primeiros dias de governo**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

### **Primeira ação listada é a Medida Provisória de combate à fraude do INSS**

O governo do presidente Jair Bolsonaro deixou de fora das metas de 100 primeiros dias do governo a reforma da Previdência, medida considerada crucial para o ajuste das contas públicas.

Em documento distribuído nesta quarta-feira (23) pela Casa Civil, constam cinco ações que devem ser adotadas pela pasta até meados de abril.

A primeira medida listada pelo ministério comandado por Paulo Guedes é a Medida Provisória de combate à fraude do INSS, assinada na semana passada por Bolsonaro. Com o texto, o governo espera economizar R\$ 9,8 bilhões em 2019 e que a economia em 2020 sera próxima de R\$ 20 bilhões, segundo o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Nas propostas feitas por Guedes há ainda o objetivo de redução do tamanho do estado, com o corte de R\$ 21 mil em cargos comissionados.

"Todas essas metas são tentativas, nós vamos lutar internamente para fazer essas reduções dentro dos primeiros 100 dias. [Elas] têm um grande beneficiário, o cidadão e a cidadã na ponta", disse Onyx ao apresentar o documento.

Ainda na área econômica, o governo prevê intensificar o processo de inserção econômica internacional do país.

"Promover a inserção comercial do Brasil a partir de estratégia de medidas de facilitação de comércio, convergência regulatória, negociação de acordos comerciais e reforma da estrutura tarifária internacional", diz o texto.

O documento não fala, por exemplo, sobre com quais países o governo pretende intensificar os negócios.

Guedes colocou como metas ainda a adoção de medidas de eficiência administrativa para autorizar novos concursos públicos.



O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni - Pedro Ladeira - 06.dez.18/Folhapress

O ministro da Economia pretende ainda abrir dados do Sine (Sistema Nacional de Emprego), como antecipou a **Folha**.

O governo Jair Bolsonaro quer ampliar o acesso de empresas a milhares de currículos de pessoas desempregadas que estão no Sine.

A ideia foi batizada de "Open Sine" no Ministério da Economia e tem como objetivo abrir os dados dos trabalhadores, de maneira voluntária, com o objetivo de aumentar a chance de pareamento entre vagas e potenciais empregados.

Na lista de medidas econômicas, o governo listou o leilão do excedente da cessão onerosa, medida com a qual espera-se arrecadar R\$ 100 bilhões.

O Ministério da Infraestrutura pretende ampliar investimentos na malha ferroviária e modernizar a infraestrutura aeroportuária de 12 aeroportos. Além do leilão de dez portos.

Entraram como metas ainda a independência do Banco Central e o aprimoramento de medidas de governança nas instituições financeiras públicas por meio da fixação de critérios para o exercício do cargo.

Na área social, a agenda prevê a criação do 13º salário para beneficiários do Bolsa Família, uma das promessas de campanha do presidente.

A previsão do impacto da iniciativa no orçamento do programa social deste ano é de cerca de R\$ 2,5 bilhões. O ministro da Cidadania, Osmar Terra, já disse que a ideia é pagá-lo neste ano.

A promessa foi feita após o hoje vice-presidente, Hamilton Mourão, ter afirmado, durante a campanha eleitoral, que o 13º salário é uma "jabuticaba brasileira" e uma "mochila nas costas dos empresários", sendo desautorizado por Bolsonaro.

A cartilha também promete a edição de uma medida provisória para regulamentar o direito à educação domiciliar. No final do ano passado, o STF (Supremo Tribunal Federal) considerou que a prática não pode ser considerada um meio lícito para que pais garantam aos filhos o acesso à educação devido à falta de uma regulamentação.

A maior parte das decisões em instâncias inferiores foram contrárias ao ensino domiciliar. A Suprema Corte reconheceu a repercussão geral do recurso, o que significa que o resultado do julgamento passa a valer para processos semelhantes em todo o país.

## **População de estados mais ricos se aposenta mais cedo, aponta INSS**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

### ***Sul e Sudeste concentram aposentadorias precoces no setor***

Uma idade mínima para aposentadorias, conforme vem sendo estudado pelo governo de Jair Bolsonaro, afetará em maior grau estados mais desenvolvidos, segundo dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Informações do governo atualizadas até o fim de 2017, a que **Folha** teve acesso, mostram que em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais homens e mulheres se aposentam mais cedo que a média nacional pelo sistema de tempo de contribuição —principal alvo da reforma.

Em sua estratégia para convencer a população e o Congresso Nacional sobre a necessidade de mudar as regras da Previdência, a equipe de Bolsonaro planeja usar o discurso de que a reforma vai combater a desigualdade regional.

A proposta deverá ser enviada aos deputados e senadores na primeira quinzena de fevereiro.

Pelo INSS, há duas formas de aposentadoria. Uma é por idade, que exige 65 anos, no caso de homens, e 60 anos para mulheres, além de pelo menos 15 anos de contribuições. Quando o trabalhador é do setor rural, essas faixas etárias caem cinco anos.

A reforma da Previdência buscará atacar essencialmente o segundo modelo de aposentadoria: o por tempo de contribuição, no qual, após 35 anos de trabalho formal para homens e 30 para mulheres, é possível adquirir o benefício. Hoje, não há idade mínima.

Por esse sistema, em Santa Catarina, estado com a menor média, um homem geralmente se aposenta com 53 anos de idade; enquanto no Tocantins e no Pará registram 59, a maior média entre os estados.

Considerando todo o país, essa faixa é de aproximadamente 56 anos, pois estados bastante populosos e com o mercado formal de trabalho bem desenvolvido puxam a média para baixo.

É o caso de São Paulo (56 anos), Minas Gerais (56 anos), Paraná (55 anos) e Rio Grande do Sul (54 anos).

No caso das mulheres, a média de idade de aposentadoria por tempo de contribuição é de 51 anos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, de 53 anos, mesmo patamar da média nacional. No Maranhão, no Acre e em Roraima, fica em torno 56 anos de idade.

Criar a exigência de uma idade mínima para que o brasileiro tenha direito a se aposentar afetaria, portanto, mais a população das regiões Sul e Sudeste, segundo os dados do governo federal.

"O nosso mercado de trabalho tem desigualdades regionais, principalmente ligadas à informalidade e à renda do trabalho. Os trabalhadores mais ricos se aposentam antes dos mais pobres e representam a maior parte do gasto", afirmou o secretário-adjunto de Previdência, Leonardo Rolim.

Quem se aposenta por tempo de contribuição recebe, em média, R\$ 2.320,95 por mês. O valor médio do benefício de quem se aposenta por idade é de R\$ 1.129,31 — trabalhadores rurais e urbanos.



Posto do INSS em São Paulo - Luiz Carlos Murauskas/Folhapress

Rolim se recusa a falar como devem ser as medidas a serem encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional.

Sobre a reforma, ele se limita a dizer que a equipe está fazendo os estudos para apresentar a ideia ao presidente Jair Bolsonaro, a quem caberá a decisão final sobre o modelo de aposentadorias a ser adotado no Brasil.

Propostas em análise pela equipe econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, preveem uma idade mínima para aposentadorias que subiria gradualmente até chegar

a patamar próximo de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Mas isso ainda está em negociação no governo.

Pelas regras atuais do INSS, quem não consegue se manter em um emprego com carteira assinada por um longo prazo tem de se aposentar por idade, em um patamar próximo do mínimo estudado pela equipe econômica.

Quando um idoso (65 anos) não atinge nem os 15 anos mínimos de contribuição exigidos, ele acaba recebendo um auxílio assistencial —o BPC (Benefício de Prestação Continuada)- no valor do salário mínimo.

"Os mais pobres já se aposentam em uma idade mais elevada", ressaltou o secretário-adjunto de Previdência.

Nos estados mais pobres, mesmo aquelas pessoas que conseguem atingir os critérios da aposentadoria por tempo de contribuição acabam se aposentando mais tarde do que nas regiões mais ricas.

O governo precisará alinhar bem a base no Congresso para aprovar a reforma da Previdência, que depende do aval de três quintos da Câmara e do Senado, em duas votações.

Boa parte relevante da reforma da Previdência precisa ser aprovada por meio de PEC (proposta de emenda à Constituição), cuja aprovação exige mais apoio dos parlamentares.

Os estados que seriam mais afetados foram grandes eleitores de Bolsonaro. Além disso, na Câmara, por exemplo, as regiões Sul e Sudeste elegeram 75% da bancada do PSL.

Em Santa Catarina, mulheres se aposentam —por tempo de contribuição— com 51 anos. A expectativa é que elas vivam mais 30 anos (até 81), mesmo período em que pagaram ao INSS.

Homens com 53 anos tendem a viver, a partir dessa idade, menos que os 35 anos que contribuiriam, mas, como eles geralmente deixam pensões, o período de pagamentos é muito próximo do tempo de contribuição.

Isso onera as contas públicas e agrava o déficit do regime previdenciário.

Integrante do conselho consultivo criado por Guedes para a reforma, o economista Paulo Tafner defende que a criação de uma idade mínima é questão de justiça social.

"Para os mais pobres, a idade de aposentadoria é alta e para ricos, baixa. O sistema transfere muito mais dinheiro para quem tem mais renda. Essa desigualdade mostra que a Previdência tem problema e que é preciso fazer mudanças", afirmou.

Na opinião do consultor do Senado Pedro Nery, especialista em Previdência, o Brasil vive hoje um paradoxo perverso.

"Onde as pessoas vivem menos se aposentam mais tarde. Uma boa reforma da Previdência faria com que pessoas que vivam mais se aposentassem mais tarde", disse.

Nery lembra que, na reforma proposta pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), chegou a ser sugerido que a idade mínima para ter direito ao BPC fosse elevada de 65 anos para 70 anos, o que não resolveria o problema da desigualdade no sistema.

A equipe de Bolsonaro não se manifestou sobre esse assunto. O secretário-adjunto da Previdência frisou que a desigualdade regional no mercado de trabalho é histórica e vem diminuindo nos últimos anos.

"Mas a Previdência mostra a vida laboral das pessoas. Então, para isso se refletir nas aposentadorias, vai demorar algumas décadas".

### **Pente-fino incluirá mais aposentados por invalidez**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

#### ***Inválidos há mais de 15 anos e com idades entre 55 e 59 anos perdem proteção e entram na revisão***

Aposentados por invalidez com idades entre 55 e 59 anos e que recebem o benefício há mais de 15 anos também poderão ser convocados pelo novo pente-fino do governo no INSS.

A medida provisória 871, assinada no dia 18 de janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro, revogou uma regra de 2017 que isentava esses beneficiários de serem chamados para perícias médicas de revisão. A mudança foi confirmada pela Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Fazenda.

Aposentados por invalidez acima de 60 anos de idade continuam liberados de passar pelo exame. No entanto, os maiores de 60 anos ainda podem passar por análise administrativa do processo de concessão. Se houver suspeita de irregularidade na documentação, portanto, os idosos também serão chamados a dar explicações.

A mudança na regra pode prejudicar a estabilidade jurídica e, por isso, deverá ser contestada na Justiça por segurados incluídos no pente-fino, segundo o advogado previdenciário Rômulo Saraiva. "A partir da isenção recebida em 2017, o aposentado pode ter deixado de se preocupar em manter laudos atualizados, o que pode dificultar a sua defesa", diz.

O único meio para se resguardar contra o pente-fino, porém, é a apresentação de provas da incapacidade, segundo Tonia Galletti, consultora da Centrape (Central Nacional de Aposentados). "Mesmo na Justiça, quem teve o benefício cessado precisará de laudos e exames médicos para comprovar a incapacidade", comenta.

Além de benefícios por incapacidade, o governo também vai revisar aposentadorias e pensões, entre outros, com suspeitas de irregularidade na concessão.

Nos dois casos, os convocados deverão ser avisados por carta, pela rede bancária ou algum meio eletrônico. As regras da convocação serão detalhadas em breve por norma do governo.

### **Reforma da Previdência pode render economia de até R\$ 1,3 tri, diz Guedes**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 23-01-2019)

#### ***Valores citados pelo ministro são equivalentes aos da proposta de Armínio Guedes***

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira (24) que a proposta de reforma da Previdência que está sendo estruturada pelo governo pode render uma economia de R\$ 700 bilhões a R\$ 1,3 trilhão em dez anos, podendo chegar a dois terços a mais do que o esforço do governo anterior, que falhou.



Em entrevista à Reuters durante o Fórum Econômico Mundial na estação de esqui suíça de Davos, Guedes ressaltou a dimensão de uma reforma previdenciária que investidores consideram a pedra fundamental da agenda econômica do presidente Jair Bolsonaro.



Paulo Guedes, em Davos - Alan Santos/PR

"Estamos estudando os números e eles variam de R\$ 700 a R\$ 800 bilhões, a R\$ 1,3 trilhão, então é uma reforma significativa e nos dará um importante ajuste estrutural fiscal", disse Guedes.

"Isso terá um poderoso efeito fiscal e vai resolver por 15, 20, 30 anos", disse ele, que afirmou. "É isso ou seguimos (o caminho da) Grécia".

Os valores citados por Guedes são iguais aos indicados na proposta de capitaneada pelo economista Armínio Fraga.

A nova regra coordenada por Tafner unifica todo o sistema atual (INSS, servidores públicos, professores e rural), estabelecendo uma idade mínima comum para a aposentadoria: 65 anos tanto para homens quanto para mulheres ao fim de um período entre 10 e 15 anos.

Cria uma renda mínima para idosos —benefício universal sem limite de contribuição ou comprovação de renda – equivalente a 70% do salário mínimo, e estabelece um regime de contas individuais de aposentadoria —a chamada capitalização— para todos os nascidos a partir de 2014.

Os investidores saudaram as promessas de Bolsonaro de abrir a economia brasileira, reduzir e simplificar os impostos e privatizar estatais. O principal índice da Bovespa atingiu nova máxima recorde e o dólar caiu após seis altas.

A proposta de reforma do governo anterior, de Michel Temer, originalmente previa economia de R\$ 800 bilhões em 10 anos antes de parlamentares fazerem emendas que reduziram a economia estimada a R\$ 480 bilhões. A proposta foi abandonada conforme escândalos atingiram o governo Temer.

Sobre o Imposto de Renda cobrado das empresas, Guedes disse que o governo analisa reduzir a alíquota de 34 para 15 por cento. Esse corte "brutal" seria compensado pela taxa de dividendos, hoje isentos, pontuou Guedes. Segundo ele, essa mudança aumentará a competitividade.

Guedes disse ainda que o governo pretende reduzir a carga tributária do Brasil de 36% para 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

O ministro sinalizou também que o governo considera extinguir 50 estatais num prazo de 3 a 5 meses.

## **Consumidores esperam inflação de 5% em 12 meses a partir de janeiro, afirma FGV**

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

A mediana da inflação esperada pelos consumidores para os próximos 12 meses ficou em 5,0% em janeiro, ante 5,4% em dezembro de 2018, informou na manhã desta quinta-feira, 24, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que divulgou o Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores.

O resultado volta ao patamar de abril de 2018, período em que atingiu o nível mais baixo desde agosto de 2007, quando o indicador estava em 4,9%. Em relação a janeiro do ano passado, o indicador está 0,4 ponto porcentual mais baixo.

“A combinação de inflação atual em queda e diminuição da incerteza com os ambientes político e econômico influenciaram na queda das expectativas de inflação nos últimos três meses. A projeção mediana dos consumidores começa a se aproximar dos níveis das expectativas de especialistas do mercado financeiro (4,1%), numa convergência poucas vezes vista anteriormente, mostrando uma forte ancoragem de expectativas inflacionárias”, avaliou Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Sondagem do Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Na distribuição por faixas de inflação, 61,4% dos consumidores projetaram uma taxa dentro dos limites de tolerância da meta de inflação de 4,25% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para este ano, ou seja, entre 2,75% e 5,75%. No mês anterior, esse porcentual era de 53,4% dos consumidores.

A proporção de consumidores indicando inflação abaixo do limite inferior de 2,75% caiu de 0,9 ponto porcentual, para 3,5% em janeiro.

Com exceção das famílias que possuem renda mensal até R\$ 2.100,00, a expectativa de inflação diminuiu em todas as demais faixas de renda em janeiro.

O Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores é obtido com base em informações da Sondagem do Consumidor, que ouve mensalmente mais de 2,1 mil brasileiros em sete das principais capitais do País. Aproximadamente 75% dos entrevistados respondem aos quesitos relacionados às expectativas de inflação.

## **FGV: IPC-S avança em 4 das 7 capitais pesquisadas na 3ª quadrimestre de janeiro**

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acelerou em quatro das sete capitais pesquisadas na terceira quadrimestre de janeiro na comparação com a leitura anterior.

A informação foi divulgada nesta quinta-feira, 24, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na terceira medição deste mês, o IPC-S sofreu alta de 0,58%, após expansão de 0,52% na segunda quadrimestre de janeiro.

Conforme a FGV, os acréscimos registrados nas taxas do IPC-S em relação à quadrimestre anterior foram os seguintes: Belo Horizonte (de 0,70% para 0,71%), Recife (de 0,29% para 0,45%), Porto Alegre (de 0,30% para 0,34%) e São Paulo (de 0,55% para 0,73%).

Já os decréscimos foram verificados no Rio de Janeiro (de 0,71% para 0,70%), Salvador (de 0,61% para 0,51%) e Brasília (de 0,40% para 0,38%).

## Consumo de energia bate recorde e atinge demanda máxima de 89.114 MW

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 23-01-2019)

As altas temperaturas têm levado o País a bater seguidos recordes de consumo.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a demanda máxima no Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou os 89.114 MW na tarde desta quarta-feira, 23, no quarto recorde anotado este mês. O recorde anterior, de 87.489 MW, foi observado na terça-feira, às 15h26.

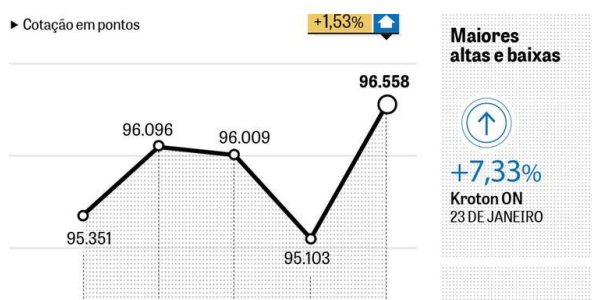
O ONS também observou novo recorde de carga no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, com pico de 53.143 MW. O recorde anterior era de 52.771 MW, às 14h17, também no dia 22 de janeiro.

Em nota, o ONS comentou que o sistema está operando com algumas restrições, devido às indisponibilidades da usina de Angra 2 e dos polos 1 e 3 do linhão do Madeira, o que limita em 50% o escoamento da energia das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

“Em função disso, foi necessário importar 1.200 MW da Argentina e 400 MW do Uruguai para atender a ponta”, comentou o operador, salientando que não houve interrupção no fornecimento de energia.

## Ibovespa avança 1,53% e atinge novo recorde

24/01/2019 – Fonte: DCI



O Ibovespa encerrou o pregão de ontem em novo recorde histórico, o décimo de 2019. No fechamento teve alta de 1,53%, aos 96.558,42 pontos. Na máxima, o índice foi a 96.560 pontos (+1,53%) também uma máxima histórica no intraday. O giro foi de R\$ 14,3 bilhões.

As perspectivas reformistas e pró economia de mercado reforçadas por ministros em Davos e em Brasília colaboraram para esse desempenho, segundo um operador do mercado de ações.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a prioridade número um é a reforma da Previdência. “Precisamos consertar o antigo sistema e introduzir um novo, fazendo a transição para o modelo de capitalização”, disse. Na avaliação dele, o governo Bolsonaro “foi eleito por conta da agenda econômica”.

Guedes também afirmou que será possível levantar US\$ 20 bilhões com privatizações e zerar o déficit neste ano. Em complemento, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo planeja realizar o leilão do excedente de petróleo do pré-sal no terceiro trimestre de 2019. A estimativa de arrecadação com a cessão onerosa, seria de R\$ 100 bilhões.

A entrevista de Guedes sucedeu à decepção e surpresa de agentes do mercado e da imprensa com o cancelamento de pronunciamentos de Bolsonaro e ministros, previstos na programação do Fórum Econômico.

Fontes do governo afirmaram que o presidente decidiu abdicar de alguns compromissos de uma agenda muito pesada. Ao suspender os eventos, Bolsonaro acabou evitando encarar inevitáveis perguntas sobre o escândalo com seu filho Flávio Bolsonaro. A líder do ranking de maiores altas do Ibovespa ontem foi a Kroton ON (+7,33%).

### **Mercado cambial**

O dólar quebrou uma sequência de seis altas seguidas e fechou com a maior baixa em 13 sessões, recuando 1,13%, para R\$ 3,7624. A queda da moeda americana em vários países emergentes, como Turquia, México e África do Sul, ajudou a retirar pressão no câmbio aqui, mas o dólar bateu mínimas na parte da tarde com declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Além disso, a declaração de Jair Bolsonaro, garantindo que a reforma da Previdência vai ao Congresso já na primeira semana de trabalho dos parlamentares, levaram investidores a desmontar posições mais defensivas em dólar, ressaltam operadores, que destacam ainda um movimento de venda da moeda por exportadores, assim que o dólar bateu na máxima do dia, a R\$ 3,81.

Assim, o cancelamento da entrevista coletiva acabou não afetando os preços. Ao contrário, o risco-país teve retração, também ajudando a retirar pressão do câmbio. O Credit Default Swap (CDS) de 5 anos do Brasil caiu a 172 pontos-base, ante 176 do fechamento de terça, segundo a IHS Markit.

Dados divulgados ontem pelo BC mostram que o ingresso de dólares este mês ainda está tímido. Até o dia 18, o fluxo cambial é positivo em US\$ 1,2 bilhão. No mesmo período do começo de 2018, entraram US\$ 4,4 bilhões líquidos.

Nos juros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2020 fechou em 6,46%, ante 6,47% do ajuste anterior e o DI para janeiro de 2021 projetou 7,20%, de 7,23%. O vencimento de janeiro de 2023 terminou a 8,29%, ante 8,35% da véspera. Na ponta mais longa, o DI para janeiro de 2025 projetou 8,79%, de 8,86%.

### **Petrobras vende diesel abaixo de preço internacional**

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***No Nordeste, o combustível importado foi em média R\$ 0,13 mais caro que o produto da estatal***

A Petrobras vendeu diesel a preços abaixo dos parâmetros internacionais nos primeiros 22 dias deste ano, segundo dados de uma entidade desse mercado.

Os valores de comercialização do barril e o de preço de paridade variam de acordo com a região do país. No Nordeste, o importado foi R\$ 0,13 mais caro que o produto da Petrobras, na média.

Em outras partes do Brasil, a diferença foi menor, mas ainda assim inviabiliza a venda do diesel de fora, de acordo com um executivo que prefere não se identificar.



Operário pinta tanque da Petrobras - Ueslei Marcelino - 30.set.15/Reuters

A expectativa de comercializadoras é que as referências internacionais norteiem a estratégia da estatal. A Petrobras, em nota, reafirma os princípios da sua política de preços, que leva em conta o custo para vender, em diferentes pontos do país, combustível importado.

Para fazer o cálculo, a companhia estima como é a equação de precificação dos concorrentes que não refinam petróleo no Brasil. Os valores reais do diesel de fora variam conforme características de cada importadora, como a infraestrutura logística e escala, segundo a empresa brasileira.

“Desta forma, é importante reforçar que o PPI (preço de referência) não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes”, afirma a estatal.

A Petrobras flexibilizou as remarcações de preços para eliminar volatilidade, mas aproveita para comercializar o barril mais barato que os importadores, de acordo com um analista. A tática deve ter limites para não destruir valores dos acionistas, de acordo com ele.

### **Petrobras reduz em 2,5% preço médio da gasolina nas refinarias nesta sexta-feira**

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras anunciou corte de 2,5% no preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para esta sexta-feira, dia 25, para R\$ 1,5104. Além disso, a estatal manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 1,9998, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar no qual a companhia pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, “conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral”. Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro de 2018, permite à empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

### **Minério faz BTG Pactual mudar viés e recomendar compra em CSN**

24/01/2019 – Fonte: INDA

A CSN está ajustando problemas operacionais, se beneficiando dos preços mais altos do minério de ferro e acelerando as vendas de alguns ativos não essenciais, disseram analistas do BTG Pactual, validando sua decisão de elevar a recomendação das ações da maior siderúrgica diversificada do Brasil para compra.

Em relatório, a equipe comandada pelo analista Leonardo Correa disse que a evolução recente do preço do minério de ferro, com a cotação do minério referência spot Qingdao oscilando em torno de US\$75, traz à CSN uma “tendência que esperamos continuar nos próximos meses, dadas as apertadas condições de oferta e procura que estamos prevendo para 2019.”

O banco espera uma faixa de preço de US\$70 para o minério de ferro no ano, graças à oferta disciplinada, o crescimento constante na demanda por aço na China e um melhor desempenho do negócio de minério de ferro da CSN; neste ponto, a operação deverá continuar gerando mais de 50% do EBITDA consolidado do grupo, disse Correa.

O analista disse que a postura cautelosa do BTG Pactual em relação ao ativo, que se manteve por muitos anos, "não está mais justificada." Ele e sua equipe acham que a CSN deverá reduzir sua dívida líquida para algo perto de 3 vezes a 3,5 vezes o EBITDA anual no final de 2019, melhorando sua capacidade de refinanciamento e a percepção de risco dos investidores.

A mudança na visão do banco é destaque: por anos, o BTG Pactual reclamou da estrutura de capital da CSN, que frequentemente descreveu como "insustentável" e disse que a falta de senso de urgência na venda de ativos era prejudicial para o investidor minoritário.

"Em 2018, ficou claro para nós que a gestão havia abordado suas questões operacionais, com uma sólida performance no ano em todas as divisões [...] com os preços do minério de ferro surpreendendo positivamente no início deste ano, o que deve continuar, e as vendas de ativos prestes a serem anunciadas."

### **Aperam desenvolve aço inox para caminhões coletores de lixo**

24/01/2019 – Fonte: INDA (publicado em 23-01-2019)

A Aperam South America, com planta em Timóteo (Vale do Aço), em parceria com a Usimeca, fabricante de bens capital para o setor de limpeza urbana, desenvolveu uma solução em aço inox para aplicação em caminhões coletores de lixo. O produto foi aplicado em 25 caminhões coletores de lixo para a prefeitura de Juiz de Fora, na Zona da Mata, e já está em testes em outras cidades. A solução é fruto da estratégia do grupo de incentivar o aumento do consumo de aço inoxidável no Brasil, ainda considerado baixo.

O engenheiro de Aplicações da Aperam, João Paulo Sarmento Porto, explicou que o produto, aplicado no assoalho dos caminhões coletores de lixo, dobra a vida útil dos equipamentos, aumenta a eficácia no transporte de lixo e traz ganhos ambientais. "Depois de cinco anos, análises demonstraram que essa peça sai cerca de dez vezes mais barata com aço inox comparado ao aço carbono, em função da redução de custos com manutenção", detalhou.

Porto esclareceu que o assoalho com o aço inox representa em torno de meia tonelada do implemento colocado em cima do chassi dos caminhões de lixo, que consome, ao todo, de 4 toneladas a 4,5 toneladas de aço.

"Porém, era no assoalho que estava o problema, já que o chorume (líquido poluente, originado dos processos biológicos de decomposição do lixo) é agressivo para o aço. O aço inox tem maior resistência à abrasão e à corrosão", pontuou.

Desde fevereiro do ano passado, a Usimeca vem produzindo equipamentos com aço inox da Aperam nos coletores de lixo. A empresa já entregou peças para 41 caminhões em Bogotá, na Colômbia. Além disso, duas unidades estão em testes em Salvador (BA), outras duas em São Paulo (SP) e uma em São Carlos (SP).

Estratégia – De acordo com o diretor de Desenvolvimento de Negócios da Aperam, Roberto Nardocci, o baseline (fase de planejamento) do projeto de incentivo ao consumo de aços inoxidáveis em diferentes frentes no Brasil começou em 2015. Em 2017, o projeto ganhou corpo, sustentado pelo baixo consumo de aço inox no País. A estratégia foi fundamentada em três pilares: nacionalização, exportações indiretas e inovação.



Os caminhões coletores de lixo, segundo o diretor, são apenas uma das frentes de atuação da empresa nesta direção. A Aperam também produz soluções em aço inox para a mineração, agricultura, usinas de açúcar e álcool, caçambas e caminhões betoneira. “Em 2018, as vendas destes tipos de soluções representaram 6% do total e o crescimento em relação ao baseline do projeto, em 2015, até ano passado foi de 400%”, afirmou.

Só para se ter uma ideia, segundo a Aperam, o inox presente em balões de caminhões betoneiras tem vida útil de 12 anos, enquanto o balão em material tradicional possui vida útil de cerca de cinco anos.

“Estamos atentos a demandas de setores diversos, como agronegócio, mineração, saneamento e esgoto, cuja infraestrutura ou equipamentos e máquinas são expostos a condições severas de desgaste físico-químico, abrasão e corrosão”, acrescentou Nardocci.

Perfil – O mercado de aço inox no Brasil guarda um grande potencial, justamente pelo fato de o consumo aparente estar em um patamar considerado baixo, com pouco mais de 1 quilo per capita, metade do que já foi há uma década e inferior a países como México e Turquia, por exemplo.

A Aperam é uma produtora integrada de aços planos inoxidáveis e elétricos, além dos aços planos especiais de carbono. Devido a este perfil de produção, a companhia não tem um concorrente direto instalado no País e, por isso, a maior concorrência para a empresa é com o aço importado, especialmente da China, que produz pouco mais da metade do aço inoxidável do mundo.

### **Futuros do aço recuam na china com sinais de menor demanda do setor de construção**

24/01/2019 – Fonte: INDA (publicado em 23-10-2019)

Os contratos futuros do vergalhão de aço na China caíram nesta terça-feira, quebrando uma série de ganhos de três dias, em meio a sinais de que o crescimento imobiliário no país está diminuindo, limitando a demanda por itens de construção.

O crescimento imobiliário da China desacelerou para 2 por cento no quarto trimestre na comparação anual, ante 4,1 por cento no trimestre imediatamente anterior, segundo dados do Departamento Nacional de Estatísticas, com medidas do governo para conter a especulação e a disparada dos preços diminuindo a demanda geral.

O dado segue-se à divulgação dos números do Produto Interno Bruto (PIB) na segunda-feira, que mostraram que a economia chinesa no último trimestre cresceu na taxa mais lenta desde a crise financeira global.

Os preços de referência do vergalhão de aço em Xangai reduziram os ganhos iniciais e caíram 0,4 por cento, para 3.633 iuanes (533,97 dólares) a tonelada. Os futuros do minério de ferro na Bolsa de Dalian fecharam em queda de 1,3 por cento, a 526 iuanes por tonelada.

“O processo de reabastecimento das siderúrgicas está em fase de conclusão, já que a maioria das usinas armazenou matéria-prima suficiente por mais de 20 dias”, disse um trader de minério de ferro de Pequim, prevendo menor demanda.

## Carlos Ghosn renuncia à presidência da Renault

24/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Conselho de administração da Renault deve se reunir nesta quinta-feira (24) para definir um novo presidente e um diretor geral***

O presidente executivo e do conselho da Renault, Carlos Ghosn, que foi detido no Japão no dia 19 de novembro, renunciou à direção do grupo. O anúncio foi feito nesta quinta-feira durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), pelo Ministro de Economia e Finanças da França, Bruno Le Maire.

Depois que as esperanças de ser libertado da prisão em Tóquio foram negadas pelas consecutivas rejeições aos seus pedidos de liberdade sob fiança Ghosn resolveu abdicar do cargo. O conselho de administração da Renault deve se reunir nesta quinta-feira (24) em Paris para definir um novo presidente e um diretor geral.

A Renault deve apontar Thierry Volleré, que já vem comandando as operações da empresa, como presidente executivo e Jean-Dominique Senard, presidente executivo da Michelin, como presidente do conselho.

Os procuradores públicos de Tóquio indiciaram Ghosn por quebra de confiança e apropriações financeiras. Ele deve permanecer em detenção provisória até 10 de março. Como resultado de uma investigação interna que ainda não foi concluída, a Nissan acusou Ghosn de usar dinheiro da empresa para cobrir despesas pessoais.

## Renault deve escolher substituto de Ghosn nesta quinta-feira

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Conselho de Administração da Renault vai se reunir nesta quinta-feira para escolher o substituto de Carlos Ghosn na presidência do colegiado e da empresa. Ghosn está preso no Japão desde o dia 19 de novembro sob a acusação de ter informado por vários anos rendimentos menores do que deveria em declarações da japonesa Nissan, que é parceira da Renault. O executivo brasileiro nega as acusações japonesas.

A expectativa é que o encontro nomeie Jean-Dominique Senard, da Michelin, para liderar o Conselho de Administração e o executivo da empresa Thierry Bolloré como presidente.

Inicialmente, a Renault manteve o executivo brasileiro na liderança, nomeando substitutos temporários. Mas o governo da França, importante acionista da empresa, pressionou pela substituição permanente.

O ministro de Finanças da França, Bruno Le Maire, disse ontem, em Davos (Suíça), onde ocorre o Fórum Econômico Mundial, que a consolidação entre Renault e Nissan deve ser a "prioridade absoluta" da nova liderança da montadora francesa

## Ford Taubaté entra em greve

24/01/2019 – Fonte: Automotive Business

Os **metalúrgicos** da fábrica da **Ford** em Taubaté (SP) estão em **greve** desde a segunda-feira, 21, quando os empregados paralisaram a produção após a demissão de doze funcionários. Na terça-feira, 22, dirigentes sindicais e trabalhadores se mobilizaram na porta da fábrica, na qual apenas funcionários de setores essenciais puderam entrar.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, a produção segue paralisada e a paralisação continua por tempo indeterminado. Ainda de acordo com a

entidade que representa os trabalhadores, as negociações pela manutenção dos empregos começaram em setembro do ano passado, quando a montadora alegou ter um excedente de 350 trabalhadores em Taubaté.

Um programa de demissão voluntária (PDV) foi aberto em novembro, com adesão de 128 trabalhadores. De acordo com os integrantes do Comitê Sindical de Empresa (CSE), ainda estavam sendo negociadas outras medidas para administrar o excedente.



“Não restava outra alternativa para nós trabalhadores. Foi deliberado em assembleia a paralisação por conta da demissão de qualquer pessoa que não fosse através do PDV”, explica o coordenador do CSE da Ford, Sinvaldo Cruz.

O coordenador disse ainda que o sindicato apresentou outras alternativas para equilibrar o excedente de mão de obra alegado pela empresa, entre elas, a adoção de um novo PDV, a redução da jornada e a LR (licença remunerada).

“São alternativas viáveis no sentido de buscar a preservação dos postos de trabalho. Estamos disponíveis para dialogar com a empresa e buscar uma alternativa que não passe por um conflito maior. O sindicato está aberto ao diálogo, para que a gente possa rever essas demissões que ocorreram na segunda-feira”, completou.

### **Outras montadoras devem pedir benefício de ICMS**

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

Outras montadoras instaladas no Estado de São Paulo vão seguir o exemplo da GM e pedir ao governo estadual a antecipação do crédito a que têm direito do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS), segundo apurou o **Estadão/Broadcast** com integrantes do setor.

O pedido da GM é uma tentativa de aliviar o caixa da empresa. A montadora afirma que passa por uma situação financeira difícil e chegou a sinalizar que poderia sair do Brasil se não voltasse a ter lucro em 2019, depois de anos de prejuízo.

O entendimento no setor é o de que, se a GM tem direito, as outras também podem solicitar o benefício.

A gestão de João Doria ainda não definiu como vai atender ao pedido da GM, porque qualquer tipo de renúncia de receita por parte do governo exige uma compensação, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, segundo sindicalistas que conversaram com executivos da GM, as negociações entre empresa e governo estão adiantadas.

O diretor de Relações Públicas e Assuntos Governamentais da japonesa Toyota, Ricardo Bastos, afirmou que o debate sobre os créditos de ICMS tem sido constante com o governo paulista nos últimos quatro anos e espera que a solução encontrada pela Fazenda para a GM se estenda às concorrentes.

A avaliação está em sintonia com o que disseram à imprensa o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, e o governador João Doria (PSDB). Eles afirmaram que o tratamento dado à GM será o mesmo às demais. O governo, no entanto, disse ontem

ao Estadão/Broadcast que, após dar início à conversa com a GM, não foi procurado por nenhuma outra empresa.

O Estado de São Paulo tem hoje 13 montadoras, entre fabricantes de veículos leves, caminhões e máquinas agrícolas. Entre as principais estão Volkswagen, Ford, Toyota, Honda, Scania e Mercedes-Benz, além da própria GM. Ao todo, são 29 fábricas.

Apesar de a venda de veículos ter voltado a crescer em 2017, a maioria das montadoras ainda registra prejuízo em suas operações no Brasil, disse no início de janeiro o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale. De acordo com ele, com a expectativa de que o mercado continue avançando em 2019, o número de empresas lucrativas deve crescer.

## **Volkswagen voltará a lucrar no Brasil em 2019, prevê chefe global de operações**

24/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 23-01-2019)

A Volkswagen está perto de voltar a lucrar com sua operação no Brasil e espera que a virada ocorra já em 2019, afirmou nesta quarta-feira, 23, o chefe global de operações da montadora, Ralf Brandstätter, que está de passagem por São Paulo e conversou com jornalistas.

A confiança do executivo se sustenta na recuperação da economia brasileira e nos carros que a Volkswagen pretende lançar este ano, com destaque especial para o T-Cross, principal aposta da marca para vender bem no segmento de utilitários esportivos, conhecidos pela sigla em inglês SUV e que tem sido o que mais cresce do mercado. “Preparamos a base para isso e a equipe está agora executando. Então, por que não (voltar a lucrar em 2019)?”, disse Brandstätter.

O presidente da Volkswagen para a América do Sul e Caribe, Pablo Di Si, que também participou da conversa, disse que a empresa só não voltou a lucrar ainda por causa da recente crise da Argentina, para onde a operação brasileira envia a maior dos carros destinados à exportação. Mas garante: “Estamos muito perto de voltar a fazer dinheiro”.

Segundo Di Si, a empresa passou por “significativas melhoras” no Brasil, como resultado de trabalho próprio. “Fazer dinheiro é consequência de comprometimento da equipe, fazer os produtos certos e ter autonomia da matriz da empresa”, afirmou o executivo.

As promessas dos executivos da Volkswagen para voltar a lucrar no Brasil foram feitas dias depois de uma das suas principais concorrentes, a GM, que fabrica carros da Chevrolet, ter sinalizado que poderia deixar o Brasil caso não voltasse a lucrar em 2019, depois de anos seguidos de prejuízo.

A montadora, líder de mercado no Brasil, disse aos seus funcionários que passa por “momento crítico” e, para ter algum alívio financeiro, pediu ao governo paulista antecipação do crédito a que tem direito no ICMS. Além disso, negocia com os trabalhadores algumas flexibilizações em acordos trabalhistas, como redução de piso salarial e aumento da jornada.

Num comunicado distribuído aos funcionários, a GM chegou a reproduzir reportagem publicada pelo jornal Detroit News, sobre recente declaração da presidente mundial da montadora, Mary Barra, em que ela deu sinais de que a empresa considera sair da América do Sul. “Não vamos continuar investindo para perder dinheiro”, disse.

Di Si, da Volkswagen, afirmou que a empresa também tem créditos do ICMS a receber, mas que são “pontuais”. Disse ainda que não pretende iniciar nenhuma negociação

com o governo estadual no momento. A montadora terminou 2018 na segunda posição do mercado de automóveis no Brasil.

### **Parceria com Ford**

O chefe global de operações da Volkswagen evitou dar detalhes sobre a recente parceria global com a Ford para produção de veículos comerciais. Por enquanto não há nada previsto para o Brasil. O que foi anunciado até o momento é que as duas montadoras vão compartilhar a plataforma de uma picape média, com vendas começando em 2022.

Brandstätter, no entanto, garantiu que os planos da montadora para o Brasil não serão alterados. "A estratégia definida para o Brasil continuará sendo seguida", disse. O plano de investimento da montadora para o País, anunciado no fim de 2016, é de R\$ 7 bilhões até 2020.

### **Grupo Hyundai desenvolve sistema de airbag multicolisão**

24/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 23-01-2019)



### **Produto oferece proteção adicional em diversos tipos de impactos secundários**

O Grupo **Hyundai**, que detém entre outras marcas, as de veículos Hyundai e Kia, anunciou o desenvolvimento de uma nova tecnologia de **airbag multicolisão**, capaz de reforçar de forma significativa a proteção oferecida aos passageiros em casos de colisões múltiplas, tipo de acidente no qual o impacto primário é seguido por colisões com objetos secundários, como árvores e postes, entre outros.

Segundo a empresa, a nova tecnologia detecta a posição dos ocupantes na cabine após uma colisão inicial, com isso, o sistema de airbag multicolisão é projetado para inflar ainda mais rapidamente quando os sistemas iniciais de segurança podem não ser eficazes.

"Ao aperfeiçoar o desempenho do airbag em cenários de multicolisão, esperamos intensificar significativamente a segurança de nossos motoristas e passageiros", destacou disso o chefe do Centro de Tecnologia de Chassis do Grupo Hyundai, Taesoo Chi. "Continuaremos nossa pesquisa em situações diversas de acidentes, como parte de nosso compromisso de produzir veículos cada vez mais seguros", completou.

Para o desenvolvimento da tecnologia, o Grupo Hyundai analisou diversos cenários para aperfeiçoar o desempenho e a precisão do airbag em colisões secundárias. A empresa confirma que o sistema será introduzido em novos veículos da Kia no futuro, mas não detalhou a partir de quando.